

**Flexibilização dos
horários de trabalho:**

**prejudicial para a saúde e a
vida familiar**

2



Grécia:

**uma sociedade civil forte
e solidária**

3

**Dois anos do governo
de António Costa:**

**alguma coisa mudou em
Portugal?**

4

Nr. 4 | Julho 2017 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Revisão da lei relativa às prestações complementares

Não poupar nos que não têm onde poupar



Quem recebe pensões baixas depende das prestações complementares também para pagar o lar

Na última sessão parlamentar, o Conselho de Estados debateu a lei relativa às prestações complementares. A sua proposta inclui boas sugestões, como o ajuste do valor máximo das rendas de casa. Contém, no entanto, diversos agravamentos que demonstram uma falta de sentido de responsabilidade social.

Existem aproximadamente 300 000 idosos e pessoas com deficiência que dependem das prestações complementares às suas pensões. E este número continua a subir, pois as reformas estão desajustadas em relação ao custo de vida. Com o Plano de Pensões 2020, as pensões da AHV-AVS subirão até CHF 840.– e até 2712.– para casais e as pensões do 2.º pilar serão ajustadas. Isto irá reforçar os rendimentos das pessoas com reformas mais baixas. Estes aumentos são urgentes. Por isso, surpreende que a revisão da lei federal relativa às prestações complementares dos seguros de velhice, sobrevivência e invalidez preveja cortes da ordem dos 300 milhões de francos suíços. Estas medidas afectariam sobretudo quem recebe, com as prestações complementares, reembolso do prémio de seguro de saúde.

Melhorias e agravamentos

A proposta do Conselho de Estados contém melhorias e agravamentos.

A subida do valor máximo das rendas de casa a ser incluído no subsídio por perda de rendimentos (EO-APG) é um ajustamento urgente, há muito exigido pela União de Sindicatos Suíços (USS). Mas os agravamentos, tais como a descida do valor-limite de bens próprios e do valor mínimo das prestações complementares, são graves para os beneficiários deste tipo de prestações.

Isto aplica-se sobretudo ao reembolso dos prémios do seguro de saúde. Actualmente, o valor reembolsado é o valor médio do prémio no cantão de residência. No futuro, isto será reduzido, retirando cerca de 120 milhões de francos por ano aos beneficiários de prestações complementares.

Cálculos de seguros de saúde baixos

A maioria na Comissão do Conselho de Estados quer que se considere, para o cálculo das prestações

complementares, um montante global do prémio do terceiro seguro de doença mais barato do cantão. Pretende-se incentivar os beneficiários de prestações complementares a subscreverem os seguros mais baratos. Esta proposta limita fortemente a liberdade de escolha do seguro de doença pelos beneficiários de prestações complementares.

Não ataquem os mais desfavorecidos

Além disso, o efeito pretendido de incentivar os beneficiários de prestações complementares a optarem por um seguro de doença mais barato não funciona:

- A mudança do seguro de saúde, por si só, é uma tarefa difícil de concretizar para quem necessita de cuidados e apoio constantes.
- Quem recebe prestações complementares dispõe de meios próprios muito modestos, dependendo do reembolso rápido e eficaz das despesas de saúde. Mas muitas vezes

as seguradoras de saúde com os prémios mais baixos atrasam-se no reembolso.

Assim, a mudança para um seguro mais barato resulta em apertos financeiros. E uma concentração de beneficiários de prestações complementares nas seguradoras de saúde mais baratas levaria, em pouco tempo, ao aumento dos prémios, pois a estrutura de risco destas seguradoras iria piorar.

Contra falsos incentivos

A USS é contra este falso incentivo. Porque isto significa que, no futuro, as prestações complementares cobrem menos despesas de saúde. Os beneficiários terão de cortar noutras despesas para fazerem face a estas. Um ataque desta natureza às classes mais desfavorecidas é inaceitável. A USS já interveio junto do Conselho de Estados a este respeito.

✉ Doris Bianchi, adjunta do secretário-geral da USS

Editorial



Estimados/as colegas,

As prestações complementares estão sob pressão: por isso é ainda mais urgente melhorar as pensões.

Quando as pensões da AHV-AVS e da IV-AI, bem como do 2.º pilar não chegam para a sobrevivência, entram em jogo as prestações complementares. Elas fazem a ponte entre pensões demasiado baixas e a garantia de subsistência. E cobrem os custos dos lares de idosos ou de saúde. As prestações complementares evitam que pessoas necessitando de assistência, até da classe média, caiam na ajuda social. Este financiamento dos custos da assistência em lares é social e politicamente significativo. É, por isso, necessário protegê-lo.

Tem direito a prestações complementares quem as requerer e provar que necessita delas. Para trabalhadores com salários baixos e com períodos sem descontos para a segurança social suíça, as prestações complementares são essenciais. Este é o caso, em particular, de mulheres e de migrantes.

Mas estas prestações estão sob pressão. As despesas aumentam continuamente, por isso há quem exija cortes. A revisão da lei relativa a prestações complementares que está pendente no Parlamento quer, por um lado, limitar o direito às prestações, por outro reduzir o seu valor. O Conselho Federal e o Parlamento querem poupar 500 milhões de francos. Dinheiro que faltará aos beneficiários.

Por isso é importante melhorar as pensões de trabalhadores com salários baixos. É o que pretende o Plano de Pensões 2020, que irá a referendo a 24 de Setembro próximo. Com a subida das pensões da AHV-AVS e melhorias no 2.º pilar, a dependência das prestações complementares será reduzida. Este é um avanço social e político importante. Porque melhores pensões de reforma são mais seguras e dignas do que as prestações complementares.

Doris Bianchi

Notícias breves

Despedimentos colectivos na Bombardier

A multinacional canadiana Bombardier anunciou a redução de 650 postos de trabalho na Suíça. Afetados são os locais de produção em Villeneuve (VD) e em Zurique, em especial o primeiro. A multinacional canadiana está neste momento a realizar, a nível mundial, uma reestruturação do seu sector de transportes. Já no ano passado tinha anunciado a redução de 70 postos de trabalho na Suíça, tendo actualmente no país cerca de 1300 empregados. O Unia vai empenhar-se activamente, com o pessoal e a comissão de trabalhadores, pela preservação do maior número de postos de trabalho possível, na defesa dos interesses dos trabalhadores e na procura de estratégias para o futuro que sejam sustentáveis.

Limpezas na FIFA: mulheres despedidas, homens ficam

A empresa SCJ Personal Services AG perde no final de Julho 2017 o seu único contrato, a manutenção e as limpezas da sede da FIFA em Zurique. 41 de 60 empregados perdem o emprego. Todas as pessoas que ficam sem trabalho são mulheres. Os 19 colegas masculinos do sector das manutenções mantêm o emprego na FIFA. Com o apoio do Unia, as mulheres exigiram ser directamente contratadas pela FIFA ou por uma eventual empresa sucessora da primeira. As mulheres queriam falar com o presidente da FIFA, Gianni Infantino, e entregar-lhe uma carta com as suas exigências. Mas este não aceitou a proposta de diálogo.

Givaudan: Melhores salários graças a ameaça de greve

Os empregados do produtor genebrino de aromas e perfumes, Givaudan, conseguiram obter um aumento salarial de 1,5% e melhorias no contrato colectivo de trabalho (CCT) graças a uma ameaça de greve. No final de Maio, uma assembleia do pessoal da empresa, que contou com uma enorme participação, recusou as propostas da direcção quase por unanimidade. A assembleia informou, além disso, que os empregados fariam greve, caso a direcção não viesse ao encontro das suas exigências. Isto resultou: a direcção da Givaudan concordou em aumentar este ano os salários em 1,5% e em 2018 e 2019 em 1,2%. Além disso, a duração máxima dos postos de trabalho temporários foi reduzida de três para dois anos e a comparticipação do prémio de seguro de saúde foi aumentada de 200 para 220 francos. O novo CCT está em vigor até 2020. Ele é válido para cerca de 300 empregados.

Flexibilização dos horários de trabalho

Deixem a lei do trabalho em paz!

Na Suíça, os trabalhadores devem ser flexíveis e trabalhar durante mais tempo. Isto é o que pretendem os deputados dos partidos da direita. Querem abolir a obrigação de registo do tempo de trabalho e liberalizar a carga horária. Assim, é uma questão de tempo até surgirem problemas de sobrecarga e esgotamento. O Unia luta, com todos os meios, contra esta proposta no Parlamento, que é perigosa e prejudicial à saúde.

O Unia recebe perguntas como esta com alguma regularidade:

«A minha mulher trabalha a tempo inteiro no sector da hotelaria e restauração e tem apenas 5 minutos de pausa para o almoço. Ela faz, regularmente, horas extraordinárias. Por causa do stress no trabalho tem problemas de saúde».

Horários de trabalho excessivos provocam stress

Temas como horários de trabalho e stress profissional são os que mais afligem os trabalhadores. Isto é o que mostram as mensagens enviadas para o número de telefone de apoio do Unia / Unia-Hotline Service Arbeitszeit (ver caixa ao lado). Que a pressão sobre os trabalhadores aumenta, é também evidente no mais recente inquérito realizado sobre as condições de trabalho na Suíça, que estabelece uma comparação com os níveis europeus (Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho / IECT): mais de 60% dos inquiridos afirmam que trabalham a um ritmo de trabalho elevado ou sob pressão de prazos. Além disso, as horas de

trabalho na Suíça são as mais longas da Europa (Suíça: 42 horas, Europa: 39 horas). Ao mesmo tempo, a participação dos trabalhadores na empresa e na organização das condições de trabalho é mais reduzida.

Prejudicial para a saúde

Horas de trabalho em excesso, trabalho nos tempos livres e a falta de planeamento prejudicam a saúde. Mais de um terço dos participantes do IECT afirma estar exausto no final do dia. O Unia está alarmado com o alto índice de esgotamentos. A protecção mais importante contra a sobrecarga e o esgotamento é o registo das horas de trabalho, bem como regras de protecção, tais como o limite máximo do horário de trabalho e o respeito dos períodos de descanso.

Ataque às disposições relativas ao horário de trabalho na lei laboral

No Parlamento, os deputados de direita atacam a protecção da saúde dos trabalhadores. Sobretudo o registo das horas de trabalho e horários de trabalho normais são uma espinha atravessada nas suas gargantas. Com

a iniciativa da conselheira de Estado Keller-Sutter, centenas de milhares de trabalhadores seriam excluídos do registo de tempo de trabalho. O conselheiro de Estado Konrad Graber quer até eliminar os limites do tempo de trabalho para determinados grupos e a proibição do trabalho nocturno e aos domingos. A abolição de medidas de protecção conduz ao trabalho gratuito e à exploração dos trabalhadores.

A falta de limitação do tempo de trabalho não só afecta a saúde mas também a conciliação da vida familiar e profissional. Se os trabalhadores tiverem de trabalhar mais de 50 horas por semana, as pessoas com responsabilidades familiares terão enormes problemas ou ficarão até mesmo impossibilitadas de aceitar certos empregos. Isso resultará em

enormes retrocessos no domínio da igualdade entre homens e mulheres e na integração das mulheres no mercado de trabalho.

O Unia exige fomento da protecção da saúde

Os trabalhadores precisam de uma lei laboral que garanta protecção contra abusos. Para se ter em conta a sobrecarga efectiva dos trabalhadores, há que promover a protecção da saúde ao invés de a degradar. O Unia exige mais controles e melhores disposições relativas ao tempo de trabalho, também nos contratos colectivos de trabalho. O Unia lançou uma campanha «Deixem a lei do trabalho em paz» e vai lutar com todos os meios contra as perigosas e nocivas propostas do Parlamento.

⇒ **Christine Michel**, responsável do Unia pela protecção de saúde e segurança no trabalho

O que significa «Service Arbeitszeit»?

O serviço especializado aconselha todas as pessoas interessadas de forma competente e gratuita nas questões relativas ao horário de trabalho. Pode contactar este serviço através do número de telefone de apoio 0848 240 240 ou do formulário de contacto em www.service-arbeitszeit.ch

service-arbeitszeit.ch
0848 240 240



Ramo de cuidados de saúde e assistência

Colocar o ser humano no centro

No ramo de assistência e cuidados de saúde muitas coisas não vão bem. Há muitos casos de mau funcionamento de lares de idosos e das estruturas de cuidados de saúde. O pessoal trabalha sob pressão e abandona muitas vezes a profissão. Esta situação tem de mudar, defende o Unia.

«Na saúde e na assistência a pessoas idosas ou doentes, o pessoal trabalha sob grande pressão. Quem paga hoje são os idosos, daqui a trinta anos seremos nós.» Thérèse trabalha numa casa de saúde em Vevey. No fim de Maio veio a Berna para participar na conferência profissional do ramo de cuidados de saúde e de assistência do Unia. «É importante agirmos já!», exclama.

Maximização de lucros

As suas palavras ecoam bem o estado de ânimo dos cerca de 50 participantes da conferência. No ramo há muito descontentamento. As dimensões humanas da profissão passaram para segundo plano porque os grandes grupos que operam no ramo pretendem sobretudo maximizar os lucros.

Um caso: Orpea

É o caso de Orpea, um dos maiores proprietários de lares de idosos e

de cuidados de saúde na Europa. A Suíça, onde o grupo gere os lares Senevita, é o seu mercado mais rentável: €1,4 milhões de lucro em 2016. Senevita esteve recentemente no centro de muitas críticas por causa do mau funcionamento dos seus lares. A empresa baixa os lucros reduzindo os custos com o pessoal e investindo em bens imobiliários que dão lucros elevados. Pelo caminho ficam as condições de trabalho.

Pressão sobre os custos

«O problema está no sistema», observa Udo Michel, responsável do Unia pelo ramo. «Nestas empresas há uma enorme pressão sobre os custos. O sistema favorece os actos de saúde mensuráveis. Mas não há como medir a relação humana entre o cuidador e o paciente. Por isso, fica em segundo plano».

Pessoas em vez de lucros

No ramo, a procura aumenta devi-

do às alterações demográficas (mais idosos, por ex.), ao mesmo tempo que há falta de pessoal.

O Unia lançou uma acção de protesto por e-mail contra Senevita, exigindo que os problemas nos lares de idosos sejam resolvidos e que as boas condições de trabalho do pessoal não sejam sacrificadas no altar dos lucros. Lançou, além disso, a campanha de sensibilização «Investir nas pessoas em vez de correr atrás dos lucros». Michel afirma: «O ramo necessita de uma melhor regulamentação e de dinheiro para cuidados de saúde e assistência de qualidade».

Petição entregue ao Conselho Federal

No final da conferência, os participantes entregaram ao Conselho Federal uma petição com 10000 assinaturas. A petição exige que sejam criadas no ramo condições para a segurança dos postos de trabalho, para que haja pessoal, recursos financeiros suficientes e bons contratos colectivos de trabalho e o trabalho seja respeitado e valorizado. «Trata-se de defender a nossa ética profissional e a qualidade do nosso trabalho. Pelas pessoas que tratamos, mas também por nós próprios», afirma Nathalie, enfermeira.

⇒ **Andrea Tognina**,
área sindical, 9 de Junho 2017, adaptado



Conferência de Migração do Unia

Os mesmos direitos para todos!

A Conferência de Migração do Unia celebrada no passado dia 13 de Maio em Berna reivindicou a regularização dos «sans papiers» na Suíça e discutiu a estratégia 2020 do Unia, com o objectivo de melhor defender os interesses dos migrantes na Suíça.

Na Suíça vivem e trabalham entre 80 000 e 200 000 pessoas sem estatuto de estadia legal, os chamados «sans papiers» («sem papéis»). Há anos que o Unia reivindica a adopção das medidas necessárias para a regularização do estatuto destas pessoas.

Um bom exemplo a seguir: Genebra

O cantão de Genebra deu os primeiros passos. Com o projecto-piloto «Papyrus», em que parti-

cipam as autoridades e organizações da sociedade civil, os «sem papéis» recebem uma autorização de estadia que podem apresentar para fazer valer os seus direitos fundamentais. A Conferência de Migração do Unia pede a todos os municípios e cantões da Suíça que sigam o exemplo genebrino.

Reforçar o Unia como a maior organização de imigrantes da Suíça

A conferência de Migração do

Unia também discutiu a aplicação da estratégia do Unia até ao ano 2020. O Unia, como a maior organização de imigrantes da Suíça, tem de reforçar o seu papel neste sentido e ampliar a sua influência na defesa dos direitos dos imigrantes no país. Neste sentido, é importante que o Unia faça um esforço para integrar os imigrantes recém-chegados à Suíça.

Osman Osmani



O Unia defende igualdade de direitos para todos!

«Razia» no Ammann Group

Redução de postos de trabalho

A indústria na Suíça sofreu um duro golpe. E isto no Ammann Group. A empresa de Langenthal, que já foi liderada pelo actual Ministro da Economia, Johann Schneider-Ammann, informou os parceiros sociais que iria eliminar 130 postos de trabalho.

O Unia exige a manutenção do maior número de postos de trabalho possível e vai apoiar activamente a comissão de trabalhadores nesta tarefa, no sentido de se evitar despedimentos e para elaborar as respectivas propostas.

Redução de um terço dos postos de trabalho

Mal acabaram de ser anunciados os últimos despedimentos e já a empresa volta a chocar com novos cortes na área da produção. Na Divisão Plant prevê-se que até 130 do total de 416 postos de trabalho sejam transferidos da unidade de Langenthal para a Alemanha e Itália. Desta forma, o Ammann Group abdica da maior parte da sua produção na Suíça.

Reforma antecipada ao invés de despedimentos

O Unia exige à Ammann que implemente medidas para evitar o desemprego, tais como acções de formação específicas e programas de reforma antecipada. Ao contrário do que aconteceu na redução de pessoal em 2016, o Unia espera sobretudo que a Ammann ofereça aos trabalhadores mais antigos um

programa de reformas antecipadas mais vantajoso.

Responsabilidade acrescida

Uma vez que a empresa está nas mãos da família do Conselheiro Fe-

deral Johann Schneider-Ammann, tem uma responsabilidade maior perante a indústria na Suíça e os seus trabalhadores. O Ammann Group está em condições de implementar as parcerias sociais que o antigo dono e actual Ministro da Economia Schneider-Ammann tanto gosta de referir em conferências nacionais para os trabalhadores mais antigos.

Darinka Filipovic



O Ammann Group constrói máquinas de terraplanagem. Mas agora vai arrasar postos de trabalho.

Entrevista



Bruna Campanello

Grécia: uma sociedade solidária

A Comissão europeia de mulheres da federação Internacional de Trabalhadores da Construção e Madeiras (ICM) reuniu-se em Thessaloniki, Grécia, de 25 a 27 de Maio 2017. O Unia foi representado, entre outras pessoas, por Bruna Campanello, membro da direcção do ramo de acabamentos da construção. O Horizonte falou com ela.

Bruna, o que é que mulheres sindicalistas de vários países europeus fizeram em Thessaloniki?

Preparámo-nos para o congresso da ICM em Novembro, discutindo e decidindo sobre as posições que iremos defender lá. Além disso, visitámos o campo de refugiados Diavata, comemos comida italiana numa cozinha solidária e visitámos uma clínica solidária. E também falámos com representantes do governo de Tsipras.

Com que impressão ficaste do campo de refugiados?

Este campo foi aberto em 2006, na altura viviam lá até 2500 pessoas. Hoje há lá cerca de 300 pessoas da Síria, do Afeganistão e do Irão. Dantes os refugiados viviam em tendas, hoje têm contentores com cozinha própria. As crianças vão à escola no campo de manhã, à tarde vão à escola pública. Uma coisa óptima! As pessoas movimentam-se à vontade. Isto significa que podem sair do campo quando querem.

Portanto, as coisas melhoraram...

Sim. Uma grande parte destas pessoas tem atrás de si uma experiência traumática, mas é aqui relativamente bem recebida. Têm a sua privacidade e podem movimentar-se livremente. E, apesar das próprias dificuldades, os gregos fazem o que podem para melhorar a situação. Por ex., colocam refugiados em habitações próprias na cidade. Isto é bom para a sua integração numa vida «normal» e para o mercado imobiliário, porque habitações desocupadas passam a estar habitadas. Mas as coisas ainda não são como deviam ser. Que estas pessoas tivessem de fugir é terrível. E deveriam ter o direito a ir para onde querem e a ser tratadas de forma digna.

O que são clínicas e cozinhas «solidárias»?

As clínicas e as cozinhas «solidárias» são instituições criadas e dirigidas por voluntários. Na clínica que visitámos trabalham mais de 200 voluntários, e eles dão assistência médica a mais de 15 000 pacientes por ano. As clínicas surgiram porque, com a crise, milhares de pessoas perderam o direito aos serviços de saúde. A sociedade civil foi assim obrigada a organizar-se. Agora uma lei de 2015 passou a garantir serviços de saúde para todos. Mas as clínicas solidárias continuam a prestar serviços valiosos à sociedade. As cozinhas solidárias cozinham para pessoas que não têm dinheiro para preparar refeições quentes, mas estão abertas a todos. São, no fundo, locais de encontro e convívio. Há um grande movimento de solidariedade na Grécia. Isso impressionou-me profundamente.

Como foi o encontro com os representantes do governo?

Muito interessante. O governo de Tsipras tenta melhorar a vida das pessoas na Grécia. Investe nas infra-estruturas, opõe-se a privatizações, reforça os serviços de saúde... Mas tem um problema de imagem. Os meios de comunicação social só falam do que é negativo e a UE obriga-os a ainda mais austeridade. Mas uma coisa é certa: na Grécia não há mais onde poupar!

Com que impressões ficaste?

Confirmei a minha convicção de que nós sindicalistas não podemos ignorar o que se passa nas fronteiras e devemos solidarizar-nos de verdade. Temos de contribuir para que as pessoas tenham um lugar digno e igualitário na nossa sociedade. E não só por motivos humanitários: os refugiados de hoje são os trabalhadores de amanhã. Se não tomarmos medidas, a precarização e exploração de todos os trabalhadores aumentarão.

Marília Mendes

Situação em Portugal

Mudanças positivas, mas também batalhas a travar

Carlos Trindade, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, foi um dos representantes dos trabalhadores portugueses na conferência anual da OIT, que se realizou em Genebra, de 5 a 16 de Junho. O Horizonte falou com ele sobre a situação em Portugal.



Carlos Trindade, da CGTP-IN: «Muita coisa melhorou em Portugal, mas há ainda muitos desafios a vencer.»

Há quase dois anos que o governo de António Costa está no poder. Alguma coisa mudou no país?

Sim, houve uma mudança total nas políticas deste governo em comparação com as do governo anterior. Portugal e os portugueses, e muito especialmente os trabalhadores, encontram-se muito melhor.

Que mudanças foram essas?

Houve mudanças nas políticas financeiras. Apesar da manutenção dos compromissos internacionais (como o défice e a dívida pública) impostos pelo Tratado Orçamental, estes deixaram de ser o padrão a que todas as restantes políticas e a própria sociedade se submetiam. Nas políticas macro-económicas pretende-se impulsionar o crescimento económico e libertar-se da «prisão» das políticas financeiras referidas. Houve também mudança das políticas sociais, que agora estão mais justas: foram repostos vários direitos eliminados pelo anterior governo, desde direitos sociais a direitos laborais.

As consequências dessas mudanças são visíveis?

O que acabei de descrever sinteticamente é confirmado pelos indicadores económico-sociais, desde a redução do défice ao crescimento do PIB, passando pela redução do desemprego. O indicador de confiança dos cidadãos no actual processo político é o mais elevado dos últimos dez anos. E o facto de a Comissão Europeia ter proposto retirar Portugal do designado «procedimento por défice excessivo» é excelente. Em conclusão, o país vai lentamente recuperando do pesadelo da austeridade e do empobrecimento em que o anterior governo nos tinha colocado, apesar dos constantes avisos da «ave de mau agouro» chamada Pedro Passos Coelho.

O governo anterior retirou muitos direitos aos trabalhadores. E agora, alguma coisa mudou?

Sim, é verdade, os direitos laborais, os salários e os direitos sociais foram o que o governo de Passos Coelho

mais atacou. O actual governo alterou, como disse, a sua política nesta área. Alguns exemplos: reposição de quatro feriados; aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN), aumentado em 10% para os actuais 557 euros, e a alteração de algumas regras do subsídio de desemprego. No sector público, foram devolvidos salários e a semana de trabalho de 35 horas foi reposta.

Há recuperação no mercado do trabalho? E como está a emigração?

A recuperação económica tem efeitos positivos no desemprego: este baixou para 9%, estando, pela primeira vez desde há cerca de dez anos, abaixo dos 10%. Isto reflecte-se na emigração. A corrente emigratória que houve durante o governo de Passos Coelho – calcula-se que mais de 300000 portugueses tenham saído do país – parou e já há trabalhadores a regressar a Portugal. De assinalar, porém, que os novos empregos criados têm características terríveis para o mundo do trabalho – a maioria é precária e os salários são baixos, muitos do valor do SMN. Este é o reverso da medalha – e é outro combate que temos pela frente: exigir que os salários subam e que a precariedade não seja o padrão do emprego que se está a criar.

Quais são as consequências para o movimento sindical?

NA CGTP-IN, temos bem claro que as políticas de austeridade e de empobrecimento do anterior governo não podem jamais regressar! Temos que continuar a praticar um sindicalismo que defenda, SEMPRE, os interesses da classe trabalhadora, elevando os salários, melhorando os direitos laborais, consolidando e aumentando os direitos sociais. Portanto, temos que prosseguir a acção e a luta face ao patronato, que continua, na generalidade, a tentar não cumprir os direitos laborais, a abusar da precariedade, a desvalorizar e/ou a boicotar o diálogo social, a negociação e a contratação colectiva.

Face ao governo, a nossa estratégia de acção é a de continuar a pressionar, a negociar, a agir, a lutar para

reivindicar melhores políticas públicas, pela alteração da legislação e por melhores condições de trabalho na administração pública.

Portugal ainda enfrenta dificuldades?

Sim, muitas. As regras do Tratado Orçamental impedem um desenvolvimento sustentável. O serviço da dívida pública, cerca de oito mil milhões de euros anuais, é incomportável! É necessário reestruturar a dívida para que as disponibilidades financeiras sejam direccionadas para o investimento público, que «arrasta» o privado. É fundamental alterar a legislação laboral no respeitante à contratação colectiva, resolvendo a questão da caducidade dos CCT, um verdadeiro instrumento de chantagem patronal, e repor o princípio de que os direitos do Código do Trabalho são os mínimos. Tem de se continuar a combater a precariedade e as desigualdades porque, nestas matérias, Portugal é um dos «campeões» europeus. E tem de se melhorar os salários e privilegiar o diálogo social, a negociação e a contratação colectiva.

Ou seja, Portugal continua a ter muitas dificuldades e muitas batalhas a travar – mas com o empenhamento dos trabalhadores, a participação competente e responsável dos sindicatos, a vontade política dos partidos que apoiam o governo na Assembleia da República e do próprio governo, certamente que estes desafios serão vencidos

Queres dizer alguma coisa à comunidade portuguesa na Suíça?

Claro! Desejo a todos e a todas as nossas compatriotas que, estando na Suíça por circunstâncias da sua vida, continuem a melhorar o seu bem-estar e das suas famílias, participando nos sindicatos, no movimento associativo da emigração e outros movimentos sociais, partilhando o seu saber e contribuindo para que, seja na Suíça, onde também existem muitos problemas sociais e laborais, seja em Portugal, onde os desafios são imensos, existam justiça social e condições de vida e trabalho dignas!

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos



Não tenho seguro de acidentes: tenho de suportar os custos?

Trabalho dois dias por semana como vendedora numa loja de anti-guidados. Ao lavar as janelas do quarto lá em casa, caí da cadeira e parti o tornozelo. O médico de família colocou-me de baixa por incapacidade por duas semanas. Não fui capaz de responder quando me perguntou pelo seguro de acidentes, pelo que questioneei a minha empregadora. Esta informou-me que o meu seguro de saúde privado seria responsável por cobrir o acidente. Ela disse que, uma vez que na loja dela só trabalham duas empregadas a tempo parcial, ela não era obrigada a fazer um seguro de acidentes específico. Isso é verdade?

PETER SCHMID: Não. Todos/as os/as trabalhadores/as na Suíça são obrigados a possuir um seguro contra acidentes no local de trabalho e nas deslocações de e para o trabalho. No caso de acidentes não profissionais que ocorram fora do horário de trabalho, os/as trabalhadores/as a tempo parcial estão obrigatoriamente segurados através da entidade patronal, desde que o horário de trabalho semanal seja de, pelo menos, oito horas. Isto é o que acontece no seu caso. A sua empregadora deve, por isso, celebrar um contrato de seguro correspondente junto do Suva ou de outro seguro de acidentes, obrigação legal que foi ignorada pela sua empregadora. Felizmente, para si não haverá qualquer prejuízo financeiro, uma vez que o legislador criou uma «caixa de compensações» precisamente para casos como o seu. Todas as seguradoras de acidentes contribuem para essa caixa com uma percentagem das suas receitas. A caixa de compensações assume as indemnizações obrigatórias em caso de acidente de trabalhadores não segurados e, posteriormente, reclamará os respectivos prémios em falta junto da entidade patronal incumpridora. Se uma entidade patronal, apesar de ser avisada nesse sentido, não subscrever um seguro para o trabalhador, a caixa de compensações designará compulsivamente um seguro de acidentes. Encontra mais informações na internet em www.ersatzkasse.ch. Também poderá entregar a sua participação de acidente através deste site.

work, 11.05.2017

Férias: Quando caducam?

O meu contrato de trabalho prevê que eu goze as minhas férias durante o ano civil a que dizem respeito, podendo, no entanto, esse prazo ir até final de Março do ano seguinte. Se não gozar férias nesse período, perco o direito às mesmas?

MYRIAM MUFF: Não. Qualquer disposição que preveja a caducidade do direito a férias, se estas não forem gozadas num determinado período ao longo do ano seguinte, é ilícita e, consequentemente, não é válida. O direito a férias apenas prescreve ao fim de 5 anos. E isto não se aplica apenas após o fim do contrato de trabalho, mas todos os anos de serviço ou, desde que devidamente acordado, todos os anos civis.

Por norma, a entidade patronal deve conceder o direito a férias ao longo do respectivo ano de serviço, de acordo com o Direito das Obrigações suíço. Cabe à entidade patronal fixar o período de férias, ainda que deva atender, na medida do possível, à vontade do trabalhador. Logo, a marcação do período de férias não é da competência dos trabalhadores. De acordo com a lei, a título excepcional, é permitido conceder pelo menos uma parte das férias no ano de serviço seguinte. No entanto, esta deve mesmo ser uma excepção, uma vez que as férias apenas podem desempenhar a sua função se o reabastecimento de energias, o descanso e o relaxamento ocorrerem de uma forma eficaz e regular, ou seja, se possível, todos os anos.

work, 01.06.2017

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, A. Rogalewski, D. Filipovic, E. Sariastan, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout I. Schmieder, Unia | Druck Tagblatt Print, Im Feld 6, 9015 St. Gallen | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft. Le Syndicat. Il Sindacato.

www.unia.ch